

Aspectos da luta política e do republicanismo no contexto da diocese do Algarve*

A F O N S O D A C U N H A D U A R T E

Congregação do Espírito Santo
afonso.cunha@sapo.pt

Resumo: A implantação da República no Algarve reflecte o rescaldo das lutas fratricidas do século XIX entre os partidários da facção de D. Pedro e de D. Miguel. O clero religioso e secular tomara parte na luta partidária e a Igreja no Algarve ficou totalmente desorganizada. A evangelização deixou de se fazer. Quando se implantou a República, uma parte dos que se diziam de cristãos eram anticlericais. D. António Barbosa Leão não ignorou a crítica política da situação reinante e a dicotomia dos que se diziam cristãos. Perante o mutismo e o encolher de ombros de muitos, enalteceu todos aqueles que espontaneamente, apesar das ameaças e opressões, viviam a fé. Evitou que se repetissem comportamentos e atitudes do século XIX. Não permitiu que o clero se intrometesse na política. Perante roubos e assaltos aos bens da Igreja e da perseguição feroz ao clero, diante do rol de acusações e discursos anticlericais, a Igreja no Algarve vai contrapor com uma nova evangelização, com realizações sociais e culturais e deixa de lado o discurso e o palavreado estéril e caceteiro. D. António Barbosa Leão fez da pena uma espada e defendeu a verdade como se defende a vida. Apesar de todos os dissabores e perseguições, defendeu os sacerdotes perseguidos, condenou o laicismo exacerbado e acabou por cantar vitória por se ter libertado do regalismo. O porta-voz foi o jornal diocesano *Boletim do Algarve*.

Palavras-chave: Algarve, Diocese do Algarve.

Abstract: The establishment of the Republic in Algarve reflects the aftermath of the fratricidal struggles of the 19th century between the supporters of the party of Dom Pedro and Dom Miguel. The religious and secular clergy took part in the partisan struggle and the Church in Algarve was totally disorganized. Evangelization was abandoned. When the Republic was established, a good number of those who claimed to be Christians were anticlerics. Bishop António Barbosa Leão did not ignore the critical politics of the prevalent situation and the dichotomy among those who claimed to be Christians. In the presence of mutism and the shrug of many, he extolled all those who spontaneously, notwithstanding threats and oppressions, lived their faith. He prevented the reoccurrence of the behaviours and

* Texto elaborado a partir da comunicação apresentada ao Congresso Internacional de História "Religião, Sociedade e Estado: 100 Anos de Separação" realizado em Lisboa, na Universidade Católica Portuguesa, de 13 a 16 de Abril de 2011.

attitudes of the 19th century. He did not allow the interference of the clergy in politics. In the face of lootings and assaults on the properties of the church and the ferocious persecution on the clergy, before multiples accusations and anticlerical speeches, the church in Algarve is going to respond with new evangelization, with social and cultural realizations, and put aside any discussion and unproductive idle talk and quarrelling. Bishop António Barbosa Leão wrote and defended the truth as if he was defending life. Irrespective of all disappointments and persecutions, he defended the persecuted clergies, condemned exaggerated laicism and ended up chanting victory for being liberated from regalism. The spokesman was the Diocesan Journal *Bulletin of Algarve*.

Keywords: Algarve, Diocese of Algarve.

I. A situação da Igreja nos finais do século XIX e início do século XX

As atitudes e comportamentos que se verificaram no Algarve na Primeira República, com a Lei da Separação, e com diversas expressões de resistências e acatamento, culminam toda a ação levada a cabo durante o século XIX e início do século XX.

A implantação da República no Algarve teve alguma singularidade e D. António Barbosa Leão, em tempo oportuno, procurou dar uma resposta às novas situações ocorridas. A atrocidade e a violência contra o clero são uma continuação da mentalidade herdada do século passado. No Algarve, a luta entre os partidários de D. Pedro e D. Miguel foi feroz e uma parte do clero secular e regular aderiu a uma das fações. A Igreja, depois de mantida a ordem pública com a expulsão de D. Miguel, vai ser duramente atacada por ter tomado parte no conflito.

Para melhor compreendermos o eco e o curso dos acontecimentos dos primeiros anos após a implantação da República, recordemos alguns antecedentes e episódios da história política e religiosa da região desde o século XIX.

1. A Igreja no Algarve, nas lutas liberais (1828-1834), ficou desorganizada e o caos espalhou-se da orla marítima até à serra. Quando rebentou o conflito entre absolutistas e liberais, o clero algarvio, secular e regular, intrometeu-se na política. Uns aderiram de livre vontade, mas houve quem fosse coagido para ficar com os rebeldes miguelistas ou com os liberais e a jurar fidelidade a D. Miguel e à Rainha. O clero e o Bispo foram manipulados e obrigados a aderir ora a D. Pedro, ora a D. Miguel. A guerra civil transforma-se numa guerra contra a Igreja. Num domingo, à Estação da missa, lia-se um comunicado dos partidários de D. Pedro e, no domingo seguinte, outro a favor de D. Miguel. Nos livros da “Visitações e Decretos” encontram-se comentários violentos redigidos pelo clérigo copista, à margem das pastorais, nada abonatórios desta situação¹. O clero aderiu a uma das fações e a Igreja tem no seu seio irmãos inimigos.

2. Além dos religiosos algarvios, aportaram no Algarve religiosos fugitivos de outras localidades e não houve a necessária informação. Não se averiguou o *curriculum vitae*, a idoneidade e a sua aptidão. Apareceram religiosos que tinham fugido dos

1 Em geral são contra D. Miguel.

conventos, que não obedeceram aos seus superiores e tiveram guarida no Algarve e alguns entraram na luta fratricida. A diocese colocou pessoas inábeis em paróquias e o bispo foi acusado de ordenar presbíteros pessoas indignas que passado um mês já tinham desaparecido.

3. O bispo do Algarve, D. António António de Figueiredo (1824-1833) publicou pastorais em que se apelava a fidelidade a D. Miguel. Como sabemos, vencida a resistência miguelista, os eclesiásticos nomeados por D. Miguel abandonam os cargos e o Governo fica com poderes para nomear e apresentar as nomeações eclesiásticas. As ordens religiosas são consideradas raiz de todas as desgraças e a sua existência não é compatível com o progresso do século².

O seminário serviu de quartel para a tropa e oficiais³. D. Miguel é aclamado rei em Faro (29.04.1828) e o bispo assiste ao ato. Os apoiantes de D. Miguel são derrotados no Cabo São Vicente (5.06.1833) e a cidade de Faro é ocupada no final do mês. No dia 27 de junho, ao amanhecer, divulgou-se a notícia do desembarque libertador e foi um dia de júbilo. Os «malhados» respiraram o ar da liberdade e «os velhacos corcundas» o terror⁴. O bispo retira-se da cidade apesar de ser convidado a regressar pelo Duque de Palmela.

4. Acabada a guerra civil, o anticlericalismo reinante ditou as suas leis. O bispo é expulso e o Governo nomeia António Bernardo da Fonseca Moniz, Bispo do Algarve (1840-1854), que não foi confirmado pela Santa Sé e, por isso, se tornou um bispo cismático. Veio para o Algarve ao serviço da Rainha e não da Igreja⁵, e a sua tarefa foi vigiar o comportamento dos padres apoiantes de D. Miguel, suspendê-los ou tirar-lhes os cargos que exerciam, para não terem meios de subsistência, e não para pôr ordem na anarquia reinante. Esta instalou-se e com muita dificuldade a Igreja controlou a situação nas paróquias. Os clérigos apresentados por D. Miguel eram «maus eclesiásticos e indignos párocos, os quais, afastando-se do espírito do Evangelho, abusaram do seu sagrado ministério, ligando-se a esse partido injusto e feroz contra o legítimo trono e contra a pátria». Os párocos foram usados para o serviço administrativo e eleitoral, como se fossem meros funcionários públicos e os cartórios paroquiais transformaram-se em repartições do Ministério da Justiça. O comportamento e a ação do clero denunciam, em certa medida, subserviência e mais crença na Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos do que no Evangelho.

2 Cf. Decreto de 23.08.1833.

3 Reabriu em 1851.

4 Arquivo Histórico Diocesano do Algarve (AHDA), Bispado, Chancelaria, Bispos, cx. D. *Marcelino Franco, correspondência familiar*

5 Em Coimbra teve a mesma atitude.

Após o restabelecimento da paz, alguns soldados e oficiais ficaram sem emprego e bateram à porta do Bispo para alcançarem um lugar como serventuários de uma sacristia⁶.

5. No meio desta contenda, entre o clero, houve quem apostatasse, quem perdesse o uso da razão e quem enveredasse pela bebida e pela vida de vagabundo. Há ainda a registar os idosos e doentes (poucos) que morreram de “desgosto”, “a chorar”, na miséria com um ataque de “apoplexia”. Também sofreram perseguição política os que mantiveram a neutralidade durante o conflito, por não apoiarem a causa da Rainha ou conviverem com os miguelistas. Mas estes enfrentaram a situação sem medo e tentaram pôr cobro ao descabro do governo da Diocese. Cerca de sete dezenas de sacerdotes religiosos foram aceites para ajudarem os párocos. Muitos religiosos regressaram à sua terra natal e foram recebidos pela família e pelos párocos.

As informações obtidas são do vigário da vara, de cada uma das vigarias em que estava dividida a Diocese do Algarve, e dos priores, e coincidem no essencial⁷. Mas as listas estão incompletas. Extraviaram-se vários fólhos. O inventário foi completado pelas informações contidas nas provisões de nomeação de cargos eclesiásticos e nos processos do clero. O rol dá-nos uma visão do que se passou na Igreja do Algarve.

A maior parte do clero diocesano aderiu a D. Pedro e alguns foram perseguidos violentamente pela facção de D. Miguel. Outros tiveram de fugir ou foram presos e deportados pelo “crime de rebelião”, isto é, por não terem assinado o termo de aclamação a D. Miguel, e serem afetos à “Constituição desorganizadora, perniciosa e destruidora”. O elenco da chocarrice acusatória é vasto e trivial e opõe-se a uma declaração abonatória das vítimas. A acusação dos vereadores miguelistas da Câmara de Lagos até pode servir de “modelo” para situações idênticas⁸: “No púlpito como em particular é um exaltadíssimo constitucional, ensinando doutrinas contrárias à sã moral, ao altar e ao trono, a ponto de proferir blasfémias”.

A cidade de Tavira entrou em convulsão anárquica. A revolução estava na rua e venceu o mais forte. Em cada esquina havia um “olhêro” para denunciar. E houve sangue sobre a terra. Uma avalanche de religiosos saiu dos conventos e aderiu à facção de D. Miguel. Em Lagos, Alcantarilha e Lagoa a luta foi também renhida.

6. Nesta contenda a Igreja no Algarve caiu num caos:

27 sacerdotes foram suspensos (10 seculares e 17 regulares), por terem tomado atitudes indignas do estado clerical e haver usurpação de jurisdição. Ficaram suspensos os que denunciaram e entregaram às autoridades da sua facção os inimigos, os que se serviram do púlpito para propaganda partidária, os que tomaram atitudes exaltadas, bizarras e fundamentalistas, os que pegaram em armas, os que fizeram munições, e ainda os que

6 AHDA, Chancelaria, cx. *Sacristiães*.

7 Há variantes nos nomes e nos institutos *religiosos*.

8 AHDA, Chancelaria, *Clero*: António Caetano da Costa Inglês.

tiveram má conduta moral, os que colaboraram em saques de aldeias, em incêndios de casas e de residências paroquiais, em roubos de Igrejas (quadros com pinturas a óleo, pratas e dinheiro) e na destruição de documentação (v. g. Alcantarilha, Pechão). Há ainda a considerar mais três fanáticos que foram suspensos por atitudes excêntricas (“o padre do chocalho”, o padre dos “morrão os malhados”, o padre que colocou o “retrato de D. Miguel, no trono, ao lado do SS.^{mo} exposto”) e mãos criminosas. Os que pegaram em armas pela causa da Rainha não foram suspensos.

17 clérigos presos (6 seculares e 11 regulares) pela conduta política e por crimes de delicto comum.

9 foram assassinados à queima-roupa (6 seculares e 3 regulares).

12 clérigos religiosos pegaram em armas, defenderam a sua fação, denunciaram, prenderam e mataram.

55 sacerdotes fugiram temporariamente das paróquias.

Não sabemos exatamente o número de todos aqueles que sofreram perseguição, mas a mostra dá-nos indicações do que passou no Algarve durante a guerra civil.

Foram arrolados na maçonaria⁹ e na lista de homens perigosos 34 sacerdotes. Eram considerados como os mais influentes, bem conceituados e que não aderiram a nenhuma das fações. (Até humildes sacerdotes da serra foram arrolados em Lagos. E os implicados não sabiam de nada ...).

7. Quando surgiu a paz, foi difícil reorganizar as paróquias e os bispos tiveram muita dificuldade em regularizar a situação. A Diocese ficou abalada nas suas estruturas, várias paróquias viram-se privadas dos seus párocos e algumas encerraram devido aos desacatos. Estes proliferaram e ninguém estava seguro e em paz. O boato, a difamação, a calúnia, a denúncia, o julgamento sumário, a perseguição, estiveram na ordem do dia. Em certos momentos reinou a anarquia e a fação mais aguerrida ditou as suas leis. Os bispos D. Joaquim de Santa Ana Carvalho (1819-1823). D. Bernardo António de Figueiredo (1824-1833), D. António Bernardo da Fonseca Moniz, D. Carlos Cristóvão Genuês Pereira (1855-1863) e D. Inácio do Nascimento Morais Cardoso (1864-1871) e *sede vacante* (1871-1884) pouco contribuíram para resolver o estado calamitoso da diocese.

8. D. António Mendes Belo (1885-1908) herdou a diocese do Algarve neste estado caótico. Além disso, encontrou vários focos republicanos «assanhados» e anticlericais e maçónicos, sobretudo no litoral.

Os escritos de José d’Almeida, Afonso Costa e Teófilo Braga eram difundidos na imprensa anticlerical e republicana algarvia. A Igreja era posta em ridículo por apoiar

9 Há mais de 200 textos dos papas sobre a maçonaria. D. António também escreveu sobre a maçonaria. Cf AHDA, Chancelaria, *Bispos: D. António Barbosa Leão*.

a monarquia. A propaganda republicana difundira-se, sobretudo na orla marítima do Algarve

Na primeira visita pastoral à diocese (1886), constatou da ignorância religiosa nas freguesias, da preocupação de uma parte do clero com as hortas e os negócios mais do que com as suas funções religiosas, e da ausência de evangelização.

Sendo um bispo austero e disciplinador, começou a obra da restauração da Diocese pelo clero e pela reorganização das paróquias. Iniciou uma “revolução” cultural dentro da Igreja do Algarve, para responder às novas realidades. Foi chamado para Lisboa e não teve tempo para reorganizar a diocese, mas abriu o caminho a D. António Barbosa Leão.

II. A República e D. António Barbosa Leão

1. Quando se implantou a República, em geral, foi aceite pela população, mesmo na zona da serra. Há apenas situações esporádicas de manifestações monárquicas. As freguesias proclamaram a República e não houve ajuste de contas. Houve foguetes e folgedos por toda a parte. Surgiram jornais “independentes” orientados por sacerdotes, mas, na verdade, eram monárquicos e tiveram efémera existência. Os jornais de índole republicana, os comícios, palestras e centros republicanos já tinham difundido, desde o século XIX, o ideal republicano. Por aclamação popular são eleitas as “novas autoridades” republicanas algarvias que foram depois confirmadas por Lisboa. Pela correspondência cruzada entre alguns republicanos algarvios¹⁰, estava tudo preparado para estas nomeações; já sabiam a lista dos titulares e os cargos a exercer. Por isso, as nomeações republicanas foram feitas a “contento de todos”.

D. António Barbosa Leão (1908-1919) teve uma pesada herança, mas teve mão firme para esclarecer e orientar o clero e os fiéis, para não se repetir o descabro do século anterior. Leu os sinais dos tempos e não perdeu o tempo em querelas. Procura manter o clero fiel ao Bispo e não perdoa qualquer desvio. Não tolera que o clero se intrometa na política. Deseja um clero zeloso, digno, ilustrado, culto e disciplinado. Os que não obedeceram às normas estipuladas vão ser severamente punidos e os “arrepentidos” têm de se retratar publicamente num jornal da região e da capital.

Perante a agressividade, respondeu em tempo oportuno às injustiças e difamações e prestou toda a atenção em defender o clero, na sua atualização e formação, e debruçou-se sobre a formação dos leigos. Separou a Igreja do Algarve do poder político e da Lei da Separação. Aprofunda as iniciativas do seu antecessor e orienta a diocese para responder às novas situações que a República criou.

10 V. g. Bernardo de Passos, João de Sousa Uva, Júlio Rosalis, António Galo, Zacarias de Oliveira.

Embora sendo monárquico constitucionalista, aceita o novo regime republicano, anseia por uma separação entre a Igreja e Estado, mas não contava com a odiosa Lei da Separação. Aceita as leis republicanas, exceto aquelas que põem em causa a liberdade de ação da Igreja. Houve foguetes, festejos, morteiros, vivas e morras por ocasião da promulgação da Lei da Separação. Abriu-se a torneira do palavreado contra a Igreja aliada da monarquia, mas D. António não cede. A lei põe em causa a liberdade da Igreja.

2. O Governo proíbe a leitura da Pastoral Coletiva do Episcopado e o Bispo não impede a sua leitura. Esclarece Afonso Costa que não tencionava impedir os párocos de lerem a Pastoral à Estação da Missa. O clero sabe muito bem o deve fazer e não precisa das instruções do senhor doutor. A Pastoral foi lida em várias paróquias. Segundo uma informação do Governador Civil, na véspera, administradores do concelho e presidentes da junta procuraram recolher o texto. Esta atitude vai custar-lhe o degredo.

3. O Governo quer implantar a “pensão” do clero e o Bispo proíbe terminantemente que o clero aceite tal pretensão do governo republicano. Quer um clero livre, fora da coleira republicana. Os faltosos serão punidos severamente. Ao contrário do que circula por aí, apenas aderiram 15 sacerdotes, num total de 119. Os refratários eram republicanos convictos e apoiavam as leis republicanas. Se a Igreja esteve debaixo da alçada da monarquia, devia também continuar “protegida” pelo novo regime republicano. Além disso, as declarações destes sacerdotes revelam alguma ganância e falta de segurança económica no futuro. Não podemos dizer que existiu no Algarve uma guerra entre clero pensionista e não pensionista. O número dos pensionistas é reduzido. A situação mais polémica deu-se em Santa Bárbara de Nexe. Foi impossível o diálogo. Além da adesão à pensão houve usurpação de jurisdição.

O Governo quer organizar as cultuais nas freguesias e o Bispo não permite que os sacerdotes colaborem com elas (24.12.1911). Nos finais de 1914, só havia quatro cultuais no Algarve, três no distrito de Faro e outra em Lagos¹¹.

4. Aos boatos das gazetas algarvias (*v. g.* converter igrejas em escolas ...), o Bispo esclarece continuamente o clero e os fiéis da situação. Serve-se do jornal e de folhetos que manda imprimir para elucidar sobre o cartório paroquial, reorganização dos serviços diocesanos, catequese, sustentação do clero, novas leis republicanas e contactos com as autoridades. Faz da sua pena uma espada. Serve-se da imprensa para repor a verdade.

5. Há arruaças, assaltos a igrejas e residências paroquiais (uma grande maioria serviu para se instalar a junta de freguesia local ou para uma escola), apedrejamentos às residências paroquiais, desacatos nas procissões (não tirar o chapéu), paródia nas procissões, insultos e agressões ao clero, invasão e algazarra dentro de igrejas durante o culto, apropriação do dinheiro das esmolas pelos regedores, atos eleitorais dentro

11 “A Benemérita” em São Brás de Alportel, “Beneficência” em Santa Bárbara de Nexe, “Beneficência” em Querença, “São Francisco Xavier do Raminho” em São Sebastião de Lagos.

das igrejas, onde se fumava e comia como em qualquer taberna ... O bispo mantém a calma e a serenidade. Apela para o cumprimento da Justiça. Entra em contacto com as autoridades que dizem “sim”, que vão tomar providências, mas depois nada fazem para manter a ordem pública. Segue a cultura do perdão. Deixa sempre uma porta aberta para o diálogo com as autoridades.

6. Quando surge uma lei, um decreto, (v. g. arrolamento dos bens da Igreja) imediatamente toma providências para esclarecer o clero sobre as atitudes a tomar. D. António Barbosa Leão aspirava por uma separação entre Igreja e Estado. Mas ficou desiludido com o texto de Afonso Costa. Protestou e pôe até em causa os conhecimentos jurídicos de Afonso Costa¹². Viu sempre em Afonso Costa um “déspota”, um “ditador”, um “jesuíta vermelho”, uma “destemperada besta”, como disse Fernando Pessoa. Preparou o clero para a nova realidade. Sem medo, mostrou a sua frontalidade. Não aceita certos parágrafos da Lei da Separação porque estão contra a liberdade da Igreja. Mais uma vez se serve da imprensa para elucidar os fiéis e o clero, e rejeita a prepotência do Governo¹³.

7. À difusão de centros republicanos para se irradiar o ideal republicano, D. António vai fundar escolas noturnas paroquiais (Método João de Deus), para os cristãos aprenderem a ler e a escrever e para formar cristãos conscientes. Quer acabar como os cristãos de “pia” que se tornaram anticlericais.

Em resposta à praga da mãe solteira que proliferou com a República, D. António vai abrir casas de trabalho (empreita, bordados, costura) para as jovens prepararem o enxoval para o casamento e para terem uma remuneração salarial, sobretudo em Albufeira, Aljezur, Estoi, Faro, Fuzeta, Lagos, Loulé, Odiáxere, Olhão, Portimão, São Brás de Alportel, Tavira, Vila Real de Santo António¹⁴.

Visitou constantemente a diocese¹⁵. Nunca alterou o programa anunciado das visitas às paróquias. Os arruaceiros organizavam à mesma hora, no adro das igrejas, um comício ou conferência liberal e um mercado, ao domingo, na hora da missa. O bispo, que era um bom cantor, vinha à porta da Igreja e cantava o “Queremos Deus, homens ingratos” e os arruaceiros dispersavam envergonhados.

Eram proibidas as procissões. Os caciques republicanos locais raramente autorizaram uma procissão. O motivo alegado era sempre o mesmo: perigo de distúrbios. Os cristãos realizaram as procissões dentro das igrejas ou no adro. Perderam o medo e o respeito humano e nem sempre respeitaram as autoridades locais. Com licença ou sem ela, a partir de 1915, as procissões começaram a sair à rua e foram raros os casos

12 D. António Barbosa Leão era formado em Direito.

13 A correspondência com as autoridades e clero refratário é sempre muito cordial. Mantém sempre uma porta aberta para o diálogo. Quando alguma autoridade toma posse há sempre uma carta de felicitação.

14 Houve uma transformação social e industrial e aparece a escravatura da mulher no trabalho e em casa, sobretudo em Vila Real de Santo António, Olhão e Faro.

15 Quanto possível utilizava o comboio.

de distúrbios. Restauraram-se muitas procissões, mas sem a imponência do tempo da monarquia. Outras caíram no esquecimento até aos dias de hoje¹⁶.

8. Para combater a ignorância do clero e dos fiéis, D. António Barbosa Leão vai ter uma ação notável: Como herdou ainda uma igreja com clero hermético e que andava perdido em rituais e em devoções ao Sagrado Coração de Jesus, D. António tornou obrigatória a homilia (era raro o sacerdote que a fazia). Reciclagem do clero uma ou duas vezes por semana, por vigarias. Exames anuais e os livros que cada sacerdote deve ler para o exame. Preparou “oradores” para as festas paroquiais, para combater a indiferença, a agressividade, o maldizer e a perseguição aos cristãos por frequentarem a Igreja. O novo regime instalado tinha de ser aceite para o bem da Igreja. Apenas era rejeitado em casos pontuais que punham em causa a liberdade da Igreja. Em vez de dizer mal das instituições e das pessoas, formou pessoas para a nova realidade política, social e cultural.

Acaba com a catequese feita pelo mestre-escola durante o verão. Prepara catequistas e os sacerdotes, pela primeira vez no Algarve, e manda editar um catecismo. Dá um prazo de seis meses para se organizar a catequese em cada paróquia. Dá realce às festas da catequese, sobretudo da Eucaristia e Profissão de Fé. Introduce o audiovisual (!) na catequese, importado de França, com ilustrações bíblicas¹⁷ e ainda não havia eletricidade... na esmagadora maioria das freguesias. Fundou recreatórios em várias freguesias para as crianças. E aproximou multidões da Igreja.

9. A imprensa regional, em geral, era muito adversa à Igreja. Esta é acusada de estar aliada à monarquia. Algumas paróquias iniciaram a publicação de gazetas. Tiveram efémera existência, mas contribuíram para apresentar a doutrina da Igreja, denunciar injustiças e refutar slógans difundidos pela imprensa algarvia. Funda o jornal “Boletim do Algarve”, para esclarecer e apresentar a “Doutrina da Igreja”, para noticiar a vitalidade da Igreja. O jornal estava ligado à Obra de São Francisco de Sales para contornar problemas das leis da imprensa; mais tarde passou a ser designado por “Folha do Domingo”. O jornal insere artigos pequenos, contos, diálogos vivos e oportunos e claros sobre a doutrina da Igreja e notícias abundantes das paróquias. Denuncia a prepotência de algumas autoridades. Foge do palavreado e tornea a questão religiosa. Critica e expõe. Foi um grande instrumento de evangelização no Algarve. Os cônegos Lerenó e Guerreiro e o P.^e Santos Silva foram a alma do jornal e até calaram alguns jornais, como “O Moca” e o “Diário do Algarve”, pela argumentação cerrada e oportuna.

10. O Seminário passa para as mãos do Estado e é nele instalado um quartel para a Marinha. Protestou contra o roubo e prepotência do Governo e entrou logo em ação. D. António serve-se de uma casa de um sacerdote, adapta-a e faz no quintal

16 V. g. a procissão da Páscoa da Ressurreição.

17 “Slides” em vidro.

outra construção. Abre um novo seminário com 12 alunos. Muitos seminaristas não compareceram, tendo alguns continuado os estudos, emergindo entre eles grandes homens em Letras e Direito¹⁸. Embora tivesse precárias condições, as Festas da Academia continuaram ao longo dos anos.

11. A diocese ficou privada dos seus bens imóveis e móveis, dos seus rendimentos. As igrejas perderam os cartórios paroquiais e ficaram sem as receitas das certidões. D. António legislou para as novas circunstâncias e lembrou que os sacerdotes deviam continuar a registar todo o serviço paroquial. As propriedades das paróquias foram vendidas e o dinheiro reverteu para o Estado. O recheio do Paço Episcopal foi vendido ao desbarato. As bibliotecas do Paço e do Seminário, quadros a óleo e pratas, tudo foi vendido ou depositado em museus e bibliotecas¹⁹. Sinos e relógios de igrejas serviram para enfeitar torres de câmaras. As chaves das igrejas passaram para as mãos das autoridades locais. Ao domingo as portas estavam fechadas, mas inventou-se sempre um estratagema para se abrirem as portas pelo telhado ou por uma janela mal fechada. Algumas igrejas foram fechadas, mas em algumas freguesias a população mostrou a sua determinação e as autoridades locais não conseguiram os seus intentos²⁰. Houve a tentativa de ocupação da casa onde se publicava o jornal da diocese para se calar a sua voz inoportuna. A diplomacia de D. António conseguiu que não fosse ocupada para escola. O coro da igreja dos Capuchos foi adaptado para cadeia de jovens delinquentes (1915), apesar dos protestos do bispo. Algumas capelas foram secularizadas e passaram a ter diversas atividades: cavalariças, tabernas, casas de comércio, etc.

D. António, sem rendimentos, não desanima. Protesta contra a situação em que ficou a diocese e contra a usurpação dos bens e não perde tempo. Pede aos amigos dinheiro para socorrer os sacerdotes mais necessitados e para a manutenção do culto. Pede também ajuda ao estrangeiro.

12. António José de Almeida ordenou que as câmaras municipais organizassem festas e manifestações de regozijo pela República para contagiar o povo: Cortejos cívicos anticlericais, propaganda liberal, iluminação nos edifícios públicos e música pelas ruas, marchas “aux flambeaux”, paradas e comboios peçados de gente para aclamar o “senhor doutor”. D. António contrapõe com a difusão de enormes e majestosas procissões. Desejava que impressionassem o público. Também houve juntas de paróquia que pretenderam organizar festejos religiosos, mas D. António remeteu-os ao silêncio. Eram autoridades analfabetas enganadas pelos caciques locais.

13. Desterro. 06.01.1912 – 11.01.1914. D. António Barbosa Leão escreve uma violenta carta ao Presidente da República e vocífera contra o “soberano desprezo” com que foram tratados os bispos. Na véspera da saída do decreto da sua expulsão, tomou

18 V. g. o advogado João Calçada, especialista em Direito Marítimo e o dr. Estanco Louro, etnógrafo e escritor.

19 O assalto às bibliotecas do Seminário e do Paço Episcopal dispersou vários volumes da mesma obra.

20 V. g. Santa Catarina da Fonte do Bispo, Fuzeta.

o comboio para Lisboa e foi residir para a sua terra natal. Uns dias antes o clero veio a Faro fazer a despedida. No exílio tem contacto permanente com o vigário-geral e governa a diocese à distância. O regresso foi apoteótico²¹. As paróquias juntaram-se todas e trouxeram a Faro multidões. Foi uma prova de força que impressionou os republicanos. Durante o desterro esteve sempre em comunicação com o governador da diocese e orientou o governo da diocese momento a momento, com instruções, normas, pareceres e decretos.

Após o regresso à diocese, realizou, em Faro, o Congresso das Obras Católicas do Algarve (8 a 11 de fevereiro 1916). Congregou à sua volta as forças vivas da Igreja do Algarve para defender a Igreja contra a ditadura republicana. Publicou o opúsculo “União Católica e o Centro Católico Português” que foi bem aceite pelo episcopado português.

14. Funda obras sociais nas paróquias, fomenta o bodo aos pobres nas principais festas litúrgicas. A Igreja era uma das instituições que mais socorria os pobres. O clero era pobre, mas a Igreja ainda conseguiu dinheiro para reconstruir a igreja do Azinhal que fora incendiada (1915) e fazer obras de conservação nas igrejas de Almancil, Ferragudo, Lagoa, Salir, Silves, São Brás de Alportel.

15. A República fomentou o culto da árvore e os cortejos com crianças das escolas. D. António não se preocupou. Fomentou nas paróquias a árvore de natal com prendas para as crianças pobres²². Em todas as paróquias se armava a árvore que era a alegria da petizada. Os relatos da “Folha do Domingo” são impressionantes.

16. Com toda esta ação, D. António Barbosa Leão, contribuiu para que a mentalidade do algarvio se modificasse a respeito da Igreja. Inicialmente, só um “resto” levantou a voz, contestou as normas republicanas que atentavam contra a liberdade da Igreja. Uma parte dos cristãos tinha vergonha de se manifestar. Uns enveredaram pela agressividade e perseguição, outros, na sua maioria, pela indiferença.

A República contribuiu para o surgimento de uma nova era na Igreja do Algarve. Foi a hora do laicado. De mais exigência na formação cristã. A República serviu para se reiniciar uma nova evangelização, para de reorganizarem as paróquias e para preparar o clero para as novas realidades sociais.

D. António Barbosa Leão condena a injustiça, as arbitrariedades dos governantes locais, a falta de respeito pelos direitos humanos, o aviltante roubo dos bens da Igreja, a perseguição ao clero, a tentativa de laicização da sociedade, a ditadura da Primeira República. E responde com o diálogo, com ações sociais e culturais, com uma nova evangelização. Não tem saudades da monarquia e deseja um República para todos,

21 *O Algarve*, n.º 303, de 11.01.1914; n.º 304, de 18.01.1914; *Boletim do Algarve*, 11.01.1914.

22 Roupas, calçado, material escolar e doçaria.

livre de preconceitos antirreligiosos e que dê plena liberdade à Igreja para a sua ação social, cultural e evangelizadora.

O primado da ação do bispo não foi combater os republicanos. Foram as ações, as obras, a formação de leigos e de clérigos cultos e responsáveis. Tornou as paróquias mais dinâmicas na evangelização, mais coesas em que a entreatjada estava na ordem do dia. Fomentou as festas nas aldeias com imponentes procissões, missas solenes a grande instrumental, coros litúrgicos nas paróquias, arraiais com música e o crisma de multidões. Organizou a Semana Santa em todas as paróquias. Deu normas para que os párocos de paróquias vizinhas organizassem as festas alternadamente, para o clero se ajudar mutuamente. Juntava os cristãos de várias paróquias e em três dias era capaz de crismar 1500 ou 3500 cristãos. Era uma maneira de impressionar e contagiar os inimigos da religião.

Para tomar certas atitudes e ações, em momentos mais difíceis e delicados, e para reformas estruturais, pediu ajuda económica e o parecer a colegas no episcopado do Brasil, Alemanha, Espanha e, sobretudo, de França. Há um despertar para uma nova forma de estar da Igreja: a colegialidade nas ações e manifestações.

No balanço da implantação da República no Algarve, D. António Barbosa Leão reconhece que o clero perdeu prestígio a nível social e político, e a segurança da “côngrua” e que ficou mais pobre, mas mais livre para a sua ação. Ganhou em liberdade. Soube tornear a questão religiosa. Com sacerdotes “reciclados” conseguiu fazer uma revolução na diocese do Algarve.

No cadinho do rescaldo verifica-se que entre 119 sacerdotes: 15 ficaram suspensos e/ou excomungados; 19 foram perseguidos com violência; 20 foram presos ou degredados; 9 ausentaram-se temporariamente por causa da perseguição; 2 renunciaram à paroquialidade; 1 foi exonerado; 13 abandonaram a diocese, sendo a maior parte deles recebidos no Brasil; e 1 formado em Roma foi proibido de exercer o sacerdócio em Portugal.